



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE BACHARELADO EM BIOLOGIA

HELEN ROCHA DA CONCEIÇÃO

**CONHECIMENTO POPULAR E USO DAS PLANTAS DE
RESTINGA NA COMUNIDADE DE BARRA DE
SERINHAÉM, ITUBERÁ, BAHIA**

Cruz das Almas, Bahia
Março de 2012

HELEN ROCHA DA CONCEIÇÃO

**CONHECIMENTO POPULAR E USO DAS PLANTAS DE
RESTINGA NA COMUNIDADE DE BARRA DE
SERINHAÉM, ITUBERÁ, BAHIA**

Monografia apresentada ao curso de
Biologia da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia como requisito
para obtenção do título de Bacharel
em Biologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos da Cunha Teixeira

Co-orientador: Prof. Msc. Marcio Lacerda Lopes Martins

Cruz das Almas, Bahia, Brasil
Março de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

C744 Conceição, Helen Rocha da.

Conhecimento popular e uso das plantas de restinga na Comunidade de Barra de Serinhaém, Ituberá, Bahia / Helen Rocha da Conceição... Cruz das Almas, BA, 2012.

72f.; il.

Orientador: Marcos da Cunha Teixeira.

Coorientador: Márcio Lacerda Lopes Martins.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1.Vegetação restinga. 2.Etnobotânica – Cultura popular – Ituberá (BA).I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II. Título.

CDD: 581.634

HELEN ROCHA DA CONCEIÇÃO

CONHECIMENTO POPULAR E USO DAS PLANTAS DE RESTINGA NA COMUNIDADE DE BARRA DE SERINHAÉM, ITUBERÁ, BAHIA

Monografia apresentada ao curso de
Biologia da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia como requisito
para obtenção do título de Bacharel
em Biologia.

APROVADA em 29 de fevereiro de 2012.

Alexandre Américo Almassy Júnior
(Avaliador)

Lidyanne Yuriko Saleme Aona-Pinheiro
(Avaliadora)

Marcos da Cunha Teixeira
(Orientador)

Dedico aos inesquecíveis tio Fábio e avó Vitória [sempre presentes].

Ofereço aos habitantes de Barra de Serinhaém.

AGRADECIMENTO

Àquele que me fortalece a cada dia: DEUS. Pela vida, saúde e paz interior que me foram necessárias durante todo este tempo para alcançar meus objetivos.

À minha FAMÍLIA: meus pais pelo apoio, incentivo e confiança que em mim depositaram e pelo esforço que sempre fizeram para que eu pudesse realizar minhas atividades. Ao meu irmão Helder e à minha tia Isabel (Preta) por todas as vezes que contribuíram comigo, financeira e solidariamente.

À comunidade de Barra de Serinhaém por ter me recebido e gentilmente aceitar participar desta pesquisa, partilhando o conhecimento e contribuindo imensamente com a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Marcos Teixeira por todas as sugestões, palavras, suporte, respeito, gentileza e prestatividade que a mim disponibilizou. Pelo incentivo e por valorizar o meu esforço demonstrando sempre que sou capaz de evoluir a cada dia.

Ao meu Co-orientador, professor Marcio Lacerda, pelo material concedido, correções, sugestões e receptividade.

À Agente de saúde, Isabel por me auxiliar na condução do trabalho, fornecendo importantes informações sobre a comunidade e sugerindo caminhos a seguir.

A dona Maria de Lourdes pelo acolhimento e atenção que me foi dada durante a realização deste trabalho.

Ao Sr. “Bebeco” pela disponibilidade em me levar na região das Matas, para que eu pudesse reconhecer a área.

Ao Sr. Francisco Fonseca, por gentilmente ter cedido a sua monografia de conclusão de curso, a fim de me auxiliar na caracterização da comunidade.

Ao Sr. Carlos Thadeu Andrade – CIAPRA, pelo fornecimento de informações sobre a APA do Pratigi.

Às minhas grandes amigas Lane e Emília, por toda a força, atenção e paciência que me prestaram durante este tempo.

Aos amigos que conquistei na Graduação: Índira, Kali, Manu, pelos momentos de bom-humor e boa vontade que dividiram comigo.

Ao professor Renato de Almeida pela colaboração; pelo empréstimo de material didático e pelas sugestões feitas no trabalho, contribuindo com o seu melhoramento.

Ao Sr. Albertino e Dona Inocência; Seu Crilon e Dona Argentina pela solidariedade e gentileza ofertadas a mim, durante todas as etapas da pesquisa, pela atenção e pela demonstração de respeito ao meu trabalho.

Àquelas pessoas, omitidas nestas citações que indiretamente puderam contribuir com a realização deste trabalho meus sinceros e profundos agradecimentos a todos.

“Há um vilarejo ali, onde areja um vento bom. Na varanda, quem descansa vê o horizonte deitar no chão [...]. Lá o tempo espera, lá é primavera... portas e janelas ficam sempre abertas pra a sorte entrar...”

(Marisa Monte)

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.”

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

Objetivou-se explicitar as principais interações dos moradores com a floresta de restinga na localidade de Barra de Serinhaém, inserida na Área de Proteção Ambiental do Pratigi, Bahia, Brasil. A coleta de dados se deu pela visita a 37 domicílios onde convivem as famílias e adotou-se a figura do “principal informante” na aplicação dos questionários. Foram mencionadas 120 etnoespécies, das quais 17 mereceram destaque: amesca, orquídea, gravatá, aroeira, cupííba, engazeira, dendezeiro, cajueiro, caroba, garu, maçaranduba, murici, sucupira, aderno, bromélia, jataipéba e embaúba. As categorias de uso registradas neste estudo foram: medicinal (39,2%), alimentar (33,6%), construção (4%), lenha (4%), ornamentação (12%) e outros (7,2%). O fruto foi o órgão vegetal mais utilizado (33,3%). O ecossistema de restinga possui significado cultural importante para a comunidade, a julgar pelo grande número de etnoespécies citadas e pela diversidade de usos atribuídos às plantas. O grau de conhecimento e os usos da restinga pelos moradores justificam a inserção dessa temática nas discussões sobre o plano de manejo da unidade de conservação na qual a comunidade está inserida.

Palavras-chave: Etnobotânica. Restinga. Plantas úteis. Categorias de uso. Comunidade tradicional.

ABSTRACT

It was objectified to disclose the main interactions of the inhabitants with the restinga forest in Locality of Bar of Serinhaém, inserted in the limits of the Area of Ambient Protection of the Pratigi, Bahia, Brazil. The collection of data if gave for the visit the 37 domiciles where the families coexist and adopted it figure of the “main informer” in the application of the questionnaires. Had been mentioned 120 *etnoespécies* and 17 had deserved prominence: *amesca*, *orquídea*, *necktie*, *aroeira*, *cupiíba*, *engazeira*, *dendezeiro*, *cajueiro*, *caroba*, *garu*, *maçaranduba*, *murici*, *sucupira*, *aderno*, *bromélia*, *jataipéba* and *embaúba*. The registered categories of use in this study had been: medicinal (39,2%), alimentary (33,6%), construction (4%), firewood (4%), ornamentation (12%) and others (7,2%). The fruit was the used part of the plants (33,3). The ecosystem of restinga posses meant cultural important for the community because of the great number of *etnoespécies* cited and for the diversity of uses attributed to the plants. The degree of knowledge and use of the restinga forest indicate the necessity of if arguing this thematic in the plan of manegement of the unit of conservation where the community is inserted.

Keywords: knowledge, use, plants, restinga forest, tradicional communities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	Localização da comunidade de Barra de Serinhaém e municípios que compõem a APA do Pratigi	35
Figura 2.	Escola infantil (ensino primário) na Barra de Serinhaém	38
Figura 3.	Arraia: pescado comumente consumido na comunidade e nas regiões circunvizinhas	38
Figura 4.	Secagem de peixe ao ar livre	39
Figura 5.	Cooperativa de Pesca e Aquicultura da Barra de Serinhaém (COOPABAS)	39
Figura 6.	Associação Comunitária de Barra de Serinhaém – ACBS	40
Figura 7.	Igreja de Senhor do Bonfim, padroeiro da comunidade	41
Figura 8.	Faixa etária dos principais informantes na comunidade de Barra de Serinhaém em valores relativos (%)	45
Figura 9.	Classificação dos principais informantes quanto à profissão, em valores absolutos e relativos	46
Figura 10.	Imagem do garu (fruto), muito utilizado na alimentação dos habitantes de Barra de Serinhaém, que também é indicado no tratamento da diabetes	47
Figura 11.	Fogão de lenha utilizado por uma família na comunidade de Barra de Serinhaém	48
Figura 12.	Bromélias sendo utilizadas sobre o tronco, na ornamentação de uma pousada em Barra de Serinhaém	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Etnoespécies vegetais citadas pelas famílias da comunidade de Barra de Serinhaém, Ituberá-BA	50
Tabela 2.	Categorias, especificações de uso dos recursos vegetais de restinga e frequências de citação	52
Tabela 3.	Órgãos vegetais exploradas pelas famílias entrevistadas e respectivas frequências com que foram citadas	53
Tabela 4.	Etnoespécies úteis, frequências de citação, órgãos vegetativos utilizados e categorias de uso listados pelos informantes	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBS – Associação Comunitária de Barra de Serinhaém

AGIR – Associação Guardiã da APA do Pratigi

APA – Área de Proteção Ambiental

CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica

COOPABAS – Cooperativa de Pesca e Aquicultura de Barra de Serinhaém
Ltda.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 JUSTIFICATIVA	17
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
3.1 Aspectos históricos da relação homem-natureza	19
3.2 Viver da natureza ou viver com a natureza: o dilema das comunidades tradicionais de beira-mar.....	22
3.3 A etnografia como elemento importante no desenvolvimento da pesquisa científica	26
4 OBJETIVOS	32
4.1 Objetivo Geral	32
4.2 Objetivos Específicos	32
5 MATERIAL E MÉTODOS	33
5.1 A área de estudo	33
5.1.1 Área de Proteção Ambiental do Pratigi (APA do Pratigi)	33
5.1.2 O Município de Ituberá	33
5.1.3 Barra de Serinhaém	34
5.1.4 Comunidade tradicional de Beira-mar em Barra de Serinhaém	36
5.2 Primeiras aproximações	42
5.3 Sujeitos do estudo	42
5.4 Coleta de dados sobre o conhecimento e uso das plantas	42
5.4.1 Análise dos dados	44
6 RESULTADOS	45
7 DISCUSSÃO	55
8 CONCLUSÕES	61
8.1 Sobre as etnoespécies úteis no cotidiano das famílias	
8.2 Sobre as categorias de uso das plantas predominantes na comunidade	61
8.3 Sobre os órgãos vegetais comumente explorados e suas respectivas finalidades	61

8.4 Sobre os impactos do conhecimento e do uso popular das plantas no o significado da restinga para a comunidade	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICES	70
APÊNDICE A. Questionário de coleta de dados	71

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da civilização, o homem faz uso das plantas a fim de suprir suas necessidades de sobrevivência, tais quais alimentação e cura de doenças. A depender do grupo, estas tendem a possuir sentido místico, legado transmitido com o passar das gerações, ou mesmo de uma cultura para outra. Desta forma, os vegetais fazem parte da vida das pessoas e, como tal, são diretamente explorados por elas. O fato é que, numa perspectiva histórica, esta relação tem se modificado cada vez mais e atinge hoje níveis insustentáveis em função dos padrões de consumo vigentes que dão margem à escassez de recursos.

Num período em que se discutem estratégias voltadas à preservação e conservação dos ecossistemas, torna-se cada vez mais importante a aplicação de estudos que resgatem a valoração do ambiente natural por parte da sociedade. Neste contexto, destaca-se o desenvolvimento de pesquisas que levem em consideração a relação do homem com o meio natural que o circunda, e considerem o sentimento de pertencimento do ser humano em relação ao ambiente que se insere. Diante disso, merecem destaque os ramos da *etnobotânica* e, mais recentemente, da *etnoecologia*.

Entende-se por etnobotânica o estudo das relações do ser humano com os recursos vegetais a que tem acesso. Trata-se de uma subdivisão da etnobiologia, área que visa obter informações sobre a exploração do mundo vivo pelas populações no decorrer do tempo. Recentemente, as pesquisas com abordagem etnobotânica têm alcançado bastante espaço e isso se deve à necessidade de resgatar as formas de uso e a importância dos recursos vegetais por determinado grupo humano. Nessa empreitada, a etnobotânica tem se revelado uma área de pesquisa multidisciplinar que abrange antropologia, ciências agrárias, botânica, ecologia, estatística, farmacologia e medicina; abordagens complementares umas das outras. Estudos desta natureza podem contribuir com a conservação efetiva de muitos ambientes naturais uma vez que insere o homem neste contexto. Vários autores destacam a importância da etnobotânica no estudo de Ciências Biológicas,

com vistas à conservação (MING, 2006; FONSECA-KRUEL & PEIXOTO, 2004; OLIVEIRA *et al.* 2009; SILVA, 2005).

No momento de notória crise ambiental na qual vivemos, torna-se cada vez mais indispensável resgatar conceitos e valorizar culturas, como forma de fortalecer as ações de conservação dos ecossistemas que nos abrigam. A exclusão social e a falta de políticas públicas visando à melhoria de vida das comunidades tradicionais têm distanciado cada vez mais a sociedade destas discussões. É necessário implementar ações que agreguem valor ao conhecimento produzido por estes atores e avançar no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável das regiões. Contudo, estudos voltados aos ecossistemas costeiros, como as restingas ainda são raros e na Região Nordeste do Brasil esses conhecimentos são ainda incipientes, apesar do valor cultural que suas regiões litorâneas representam para o país. Considerando que na Bahia essa realidade é flagrante, é nesse contexto que se insere a problemática do presente estudo: investigar as formas de interação das famílias de uma *comunidade tradicional de beira-mar*¹ localizada no município de Ituberá-BA com as plantas do ecossistema de restinga.

¹ O termo comunidade tradicional tem suscitado um amplo debate entre os pesquisadores levando a diversas formas de conceituação, dependendo das áreas de conhecimento ou mesmo de questões ideológicas, distante dos objetivos deste trabalho. A decisão pelo termo “comunidades tradicionais de beira-mar” é explicada no item 5.1.4.

2 JUSTIFICATIVA

A especulação imobiliária, o desenvolvimento turístico e a grande miscigenação que os tempos modernos proporcionam dão margem também à intrusão de novos elementos culturais, o que, inevitavelmente provoca mudanças e desafia o legado cultural de muitas populações em diversos âmbitos. Decorre deste contexto a importância do registro etnobotânico, seja qual for a circunstância, pois ele ajuda a reunir preciosas informações sobre os costumes e crenças de um povo que podem servir como ponto de partida para diversas ações. Geralmente, pesquisas deste cunho resultam num acervo inestimável de tradições que poderão ser immortalizadas e servir de base para as gerações futuras. Por isso,

Estudos desta natureza tornam-se ainda mais necessários na zona costeira brasileira, onde os diversos ecossistemas que a compõem, como manguezal, restinga, mata atlântica e estuários vêm sendo fortemente impactados devido às atividades de especulação imobiliária e expansão urbana (FONSECA-KRUEL & PEIXOTO, 2004 p.178).

A região litorânea do Baixo Sul do estado da Bahia ainda carece de pesquisas voltadas para a valoração das formas de interação das populações humanas com a natureza. Nessa região, ecossistemas como restinga e manguezais ainda apresentam bom estado de conservação, apesar do uso constante que as comunidades tradicionais fazem da biodiversidade local. No entanto, a região vem ganhando novas formas de pressão humana em função da especulação imobiliária e do incentivo ao turismo. Tais atividades econômicas têm como consequência a “invasão” cultural e a instalação de novas formas de relação humana com a biodiversidade local.

Barra de Serinhaém não tem fugido à regra dos impactos dos tempos modernos. Palco de grandes mudanças socioambientais, a localidade foco do presente estudo tem sido impactada nos últimos anos pelo significativo incremento no número de turistas e veranistas, muitos dos quais acabaram fixando residência no local enquanto outros apenas exploram o local no período de férias. A introdução de novos modos de vida tem imposto novas formas de pressões sobre os

ecossistemas da região, em especial sobre a restinga, palco principal do cotidiano das pessoas.

A restinga foi historicamente utilizada por populações humanas que ocupam a região costeira, incluindo várias populações urbanas ao longo do litoral brasileiro (MIRANDA & HANAZAKI, 2008). constata-se então que carece de estudos voltados ao desenvolvimento e conservação deste ecossistema, principalmente por estar associado à Mata Atlântica e que, também por isso, tais ecossistemas merecem a atenção dos programas de conservação.

A etnobotânica de comunidades tradicionais da zona costeira obteve importante contribuição com os trabalhos de diversos autores (FONSECA-KRUEL & PEIXOTO, 2004; MIRANDA & HANAZAKI, 2008; BORGES & PEIXOTO, 2009; SANTOS *et al.* 2009; CARNEIRO *et al.* 2010; GIRALDI & HANAZAKI, 2010; GANDOLFO & HANAZAKI, 2011). No entanto, ressalta-se a necessidade da implantação de novos estudos, sobretudo no contexto mais amplo, não se restringindo apenas ao uso de plantas medicinais, objeto de estudo da maioria dos estudos etnobotânicos.

Diante do exposto, justifica-se a importância de realização do presente estudo, primeiro do gênero na região. Os resultados poderão servir de ponto de partida para que a própria comunidade inicie um processo de reflexão sobre o impacto das mudanças socioculturais na mata de restinga. Além disso, os trabalhos da equipe na comunidade não se esgotarão com a finalização deste estudo, cujos resultados subsidiarão atividades de educação ambiental na comunidade.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Aspectos históricos da relação homem-natureza

O *Homo sapiens* é uma espécie muito jovem, pois surgiu há cerca de 200 mil anos. Desde seu surgimento, havia o medo da misteriosa natureza, o que levou os primeiros grupos humanos a personalizarem as forças do mundo natural em figuras divinas. Dessa forma, a natureza representava uma força superior na qual o homem se via subjugado (TEIXEIRA, 2010). Foi na Grécia antiga – há mais ou menos 2600 anos – que o olhar do homem se dirigiu à natureza de maneira racional, não utilizando mais as explicações e justificativas míticas. Os primeiros filósofos buscaram uma explicação racional para a origem de todas as coisas a partir da natureza, uma vez que a considerava genitora de todo o universo, ou seja, eles queriam saber qual era o primeiro elemento, a partir do qual se compõem e decompõem as demais coisas (GONÇALVES, 2008). Dentre os filósofos gregos que buscaram conhecer e explorar a natureza, cabe aqui destacar alguns: Tales de Mileto (623-546 a.C.), considerado o primeiro filósofo da cultura ocidental e um dos sete sábios gregos, concebia a água como princípio do cosmos. Anaxímenes (588-524 a.C.) elegeu como substância primordial o ar que, de acordo com um maior ou menor grau de condensação e pela oposição frio/calor (advinda dessa condensação), transforma-se em outros elementos (fogo, terra, pedras, água etc). Protágoras também tornou-se célebre, ao afirmar que o homem é a medida de todas as coisas (MACHADO DE OLIVEIRA, 2006). De certa forma, pode-se afirmar que as teorias pré-socráticas estavam sujeitas ao estudo da Natureza, pois havia ampla relação entre os seres. Com o surgimento das cidades-Estado gregas, a natureza é deixada de lado nas principais discussões, sendo substituída pela temática do homem (ética, política, costumes, enfim, o comportamento humano – período antropológico). Platão traz a discussão dicotômica dos mundos inteligível e sensível, onde o primeiro (mundo das idéias) deveria opor-se ao segundo, da natureza sensível, que era considerado como uma cópia imperfeita do original. Com Aristóteles esta dicotomia não permanece, pois para esse filósofo a natureza é o mundo real e verdadeiro cuja essência é a multiplicidade e a mutabilidade. Ao

contrário de seu mestre Platão, Aristóteles aceitava como forma de conhecimento tudo o que se vê e tudo o que se sente para a compreensão da realidade sensível.

Com o Renascimento o homem se coloca no centro do Universo (Antropocentrismo), consagrando a si mesmo um poder absoluto sobre a natureza. A ciência, munida de técnicas mais avançadas de observação e questionamento do mundo, como o método científico inspirado na filosofia de Bacon e de Descartes, na matemática e física de Galileu e Kepler (e depois, de Newton), passa a considerar a natureza sem alma, sem vida, mecânica, geométrica. O homem perdeu o conceito divino de integração com a natureza. No século XIX, Darwin elabora uma teoria evolutiva baseada no processo de seleção natural em que somente os indivíduos aptos sobreviveriam às mudanças naturais do meio e, no século XX, a Ecologia resgata a preocupação, relegada aos povos primitivos e ao pensamento mítico, para as conseqüências do progresso científico e tecnológico sobre o meio ambiente (GONÇALVES, 2008).

Na visão marxista, os conceitos de natureza e homem aparecem como interligados, a natureza é um conceito-limite, algo como uma "interioridade absoluta", uma totalidade, tudo o que existe é a natureza sob uma forma determinada. A tese que Marx sustenta é a da predominância da natureza sobre o espírito, ou seja, a da anterioridade do mundo natural sobre o homem. Desse modo, podemos constatar que o mesmo é um produto tardio e contingente na história natural, o que equivale a dizer que ele próprio é um momento da natureza, que, ao distinguir-se de si mesma, torna-se ativa e pensante no homem, momento especulativo da relação sujeito-objeto (MACHADO DE OLIVEIRA, 2006).

A natureza, na sociedade capitalista adquire valores totalmente diferentes daqueles estabelecidos na Idade Média, e o mais incrível é que o capitalismo, à medida que busca novas formas de reprodução do capital, através de novos modelos, acaba por imprimir novas idéias na concepção de natureza. Basta lembrar que no século XIX ele se apropria da Teoria da Evolução, de Darwin, para legitimar

sua ideologia liberal, onde a exclusão social passa a ser explicada como uma ordem natural das coisas. No século XX, assistiram-se mudanças na forma de conceber a natureza, onde inúmeras organizações não governamentais passaram a defender a bandeira da preservação ambiental (COSTA, 2005).

Em 1962 foi lançado o clássico *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de autoria de Rachel Carson, tratando dos problemas causados pelo uso excessivo de pesticidas, inseticidas sintéticos, etc., e a conseqüente perda de qualidade de vida, em decorrência da artificialização do cotidiano e do uso indiscriminado dos recursos naturais. O livro inaugurou a socialização do debate ambiental, atingindo o grande público nos países industrializados e produzindo discussões sobre a necessidade de se reverter o quadro de consumo, poluição e degradação dos padrões saudáveis de vida (CASCINO, 1999).

Logo após a publicação de Primavera Silenciosa, trabalhos como o de Paul Ehrlich, (*The Population Bomb*, 1966) e o de Garret Hardin (*Tragedy of the Commons*, 1968), reforçaram a teoria malthusiana, relacionando a degradação ambiental e a dos recursos naturais ao crescimento populacional (JACOBI, 2005).

A partir de meados dos anos 80, no século passado, começou a surgir outro tipo de ambientalismo, mais ligado às questões sociais; como forma de oposição às práticas predatórias de exploração dos recursos, o que compromete o acesso destes recursos pelas gerações futuras. No Brasil, esse novo movimento surge após décadas de ditadura militar, e caracteriza-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza que teve seu apogeu durante aquele período (DIEGUES, 2001).

3.2 Viver da natureza ou viver com a natureza: o dilema das comunidades tradicionais de beira-mar

O uso da natureza, prática adotada desde os primórdios da civilização, possibilitou a descoberta de possíveis aplicações terapêuticas de determinadas plantas. No Brasil, os registros sobre a intervenção sobre o meio natural recebem ênfase com a histórica ocupação da Mata Atlântica, com destaque para a agricultura e a domesticação de animais. Ao se debruçar sobre essa questão, Leal-Galindo & Câmara (2005) defendem a idéia de que

A destruição da Mata Atlântica iniciou-se cedo. Comunidades indígenas pré históricas, que habitavam algumas das áreas da floresta há pelo menos 11 mil anos, já praticavam uma forma rudimentar de agricultura. Contudo, qualquer impacto que elas possam ter exercido sobre a Mata Atlântica não é perceptível hoje. Foi pouco depois que os europeus descobriram o Brasil, em 1500, que o desmatamento começou, com a exploração em larga escala do pau-brasil (Caesalpinia echinata) [...] (p. 36).

Diversos autores já relataram sobre a exploração desordenada desses ambientes e alertam que estes se encontram gravemente fragmentado e fortemente ameaçado (SILVA & ANDRADE, 2004; LEAL-GALINDO & CAMARA, 2005; TAQUEDA, 2009; GIRALDI & HANAZAKI, 2010). Desta forma, é incomum encontrar na beira-mar manguezais preservados, rios com a sua mata ciliar, uma vegetação nativa que proteja a restinga equilibrando processos de deposições e erosões, espaços naturais garantidos a partir da existência humana e que não compromete as gerações futuras. Mas, apesar disto, mesmo que sua população local tenha explorado historicamente estes espaços; a beira-mar permaneceu com seus ambientes naturais de certo modo preservados até o final do século XX.

A exploração da natureza é determinada pelas necessidades de cada povo e sofre influência do conjunto de saberes tradicionais, que compõem as práticas de sobrevivência, repassadas ao longo de gerações. Os recursos naturais podem ser definidos como “os insumos que os indivíduos, as populações e os ecossistemas

necessitam para sua subsistência”. É algo útil, que para ser obtido, demanda técnicas. Contudo, para que um bem se torne recurso natural, sua exploração não deve causar danos ao meio ambiente (BRAGA *et al.* 2005). É nesse contexto que o extrativismo pode representar um importante elemento para a sustentabilidade de comunidades tradicionais. Segundo o inciso XII da lei do SNUC de 2000, entende-se por extrativismo o “sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis”. O extrativismo é uma atividade que mantém a economia de muitas regiões no país, garantindo o sustento de muitas famílias que vivem desta prática. Contudo, atualmente não é bem visto por um grupo restrito de ambientalistas e entidades, sendo alvo constante de críticas.

De acordo com o documento da Reforma Agrária, publicado em 1989,

as Reservas extrativistas “atendem a fins de conservação ambiental, de regularização fundiária e de desenvolvimento econômico, porém, devem se organizar em um modo socialmente justo ecologicamente sustentável e economicamente viável de ocupar a Amazônia” (MING, 2006 p. 43).

Portanto, a criação das reservas extrativistas não se baseou sob o enfoque conservacionista e ambiental, mas também nos direitos dos povos tradicionais, que com suas origens, sua cultura e sua luta caracterizam o local. Neste âmbito, cabe considerar o vasto legado cultural pertencente aos grupos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores, ribeirinhos e seringueiros (DIEGUES, 2000; MING, 2006). A atuação destes grupos na conservação dos ecossistemas é algo inegável, devido ao vasto conhecimento que estas populações possuem no que diz respeito à organização e interações do ambiente natural (CONCEIÇÃO *et al.* 2011). Para Diegues (2000), esses conhecimentos muito têm contribuído para a conservação, pois

... as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos. Isso conduziu ao interesse pela diversidade cultural, que também está ameaçada pela mundialização de modelos culturais dominantes[...] (p.15).

A forte pressão antrópica que os ambientes vêm sofrendo tem levado à perda de extensas áreas verdes, da cultura e das tradições nas comunidades que habitam estas áreas, e que dependem dos recursos do meio para sobreviver. Paralela à desagregação dos sistemas de vida tradicionais e à devastação do ambiente tem-se a introdução de novos elementos culturais, o que ameaça muito de perto um acervo de conhecimentos empíricos e um valor genético inestimável para as gerações futuras (AMOROZO & GÉLY, 1988; ALBUQUERQUE, 1999; FONSECA-KRUEL & PEIXOTO, 2004; MING, 2006). O Brasil, além de apresentar uma das maiores taxas de diversidade biológica do planeta, é um dos países de maior diversidade cultural (DIEGUES, 2000).

A sociedade brasileira é marcada por uma lógica de desenvolvimento predatório e concentrador de riquezas, pautado pela interação secular com a natureza. Logo, as populações tribais, camponesas e pesqueiras tornam-se exemplos de formas sociais de produção que por não afirmarem os sistemas vigentes de produção tendem a ser desarticuladas ou extintas (DIEGUES, 2004). Diegues (2001) exemplifica este problema quando afirma que

Aliada à pesca industrial predatória ocorreu forte expansão turística e de especulação imobiliária, que resultou rapidamente na expropriação de muitos territórios de uso comum no contexto da cultura caiçara e de outras semelhantes (dos jangadeiros, açorianos etc). Nesse processo, os pequenos produtores costeiros foram aliçados de seus territórios tradicionais, expulsos de suas praias para dar lugar a complexos turísticos e hoteleiros (p. 78).

Hoje, percebe-se uma evolução neste contexto, uma vez que as práticas de exploração dos recursos naturais atinge uma escala muito maior, seja para simples fins de sobrevivência, tais como alimentação e saúde, ou como forma de exploração de classes para atender a demanda de consumo da população.

A identidade de um grupo social ou comunidade passa a ser entendida e compreendida a partir do seu território, isto é, de acordo com as relações que a mesma estabelece com a natureza, com o meio físico, com o patrimônio que, por meio dessas relações vai criando e estabelecendo a sua identidade sociocultural (CASTILHO et al. 2009 p. 165).

Diante dessas considerações, torna-se importante evidenciar que nos estudos sobre as interações das comunidades tradicionais de beira-mar seja possível a percepção da existência de duas formas distintas de relação homem-natureza: Uma em que a sociedade e natureza fazem parte de um mesmo universo, na qual os homens vivem com a natureza e outra, respaldada pelo modo capitalista, advinda de propostas desenvolvimentistas e da urbanização que vê a natureza como um recurso. Nesse caso, a relação passa a ser de “viver da natureza”. É neste contexto que se circunscreve a importância dos estudos etnobotânicos, pois consideram que o modo de vida das comunidades tradicionais, em íntima relação com os elementos naturais, tem garantido não apenas a sobrevivência dessas comunidades por décadas em um mesmo espaço, mas também a manutenção das funções do ecossistema com o qual vivem.

3.3 A etnografia como elemento importante no desenvolvimento da pesquisa científica

As florestas tropicais têm sofrido gradativa e considerável redução de suas áreas, provocada por desmatamentos, exploração de recursos minerais, implantação de projetos agropecuários e queimadas criminosas. A implantação de Unidades de Conservação “nas áreas de cobertura vegetal nativa remanescente não tem sido eficiente na proteção e recuperação desses ecossistemas extremamente ameaçados” (SILVA & ANDRADE, 2005 p. 45).

Neste âmbito, o estudo etnobiológico pode contemplar esta deficiência por perceber no povo os aspectos que o leva a explorar os recursos, por meio da mediação entre comunidade e meio natural.

Recebendo contribuições basicamente da sóciolingüística, da antropologia estrutural e da antropologia cognitiva, a etnobiologia é, essencialmente, o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo natural, das espécies. É o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes, enfatizando as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo (Diegues, 2000 p.10).

Entre as ciências que vem buscando uma aproximação com os saberes populares destaca-se a Etnobotânica, que utiliza e valoriza o conhecimento tradicional dos povos sobre as plantas e possibilita entender a relação entre a cultura e a natureza. Esses estudos desempenham funções importantes ao reunir informações acerca dos possíveis usos de plantas que poderão contribuir para o desenvolvimento de novas formas de exploração dos ecossistemas em oposição às formas destrutivas vigentes (ALBUQUERQUE & ANDRADE, 2002; BORGES & PEIXOTO, 2009; PATZLAFF & PEIXOTO, 2009). Desta forma, podem subsidiar trabalhos sobre uso sustentável da biodiversidade através da valorização e do aproveitamento do conhecimento empírico das sociedades humanas, a partir da definição dos sistemas de manejo, incentivando a geração de conhecimento

científico e tecnológico voltados para o uso sustentável dos recursos naturais (FONSECA-KRUEL & PEIXOTO, 2004).

Etnobotânica é o campo científico que estuda as inter-relações que se estabelecem entre o ser humano e as plantas através do tempo e em diferentes ambientes. Trata-se de um ramo multidisciplinar, que abrange várias áreas da ciência, como farmacologia, medicina, sociologia, antropologia, agronomia e ecologia (MING, 2006). Pode também ser definida como “o estudo das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas” (PATZLAFF & PEIXOTO, 2009 p. 238).

Na verdade, esta disciplina possui duas vertentes: a etnobotânica qualitativa ou descritiva (ALBUQUERQUE, 2005) e a etnobotânica quantitativa. A última, mais recente em termos de aplicação, se dedica a utilizar técnicas estatísticas para quantificar os dados de usos de plantas. Dentre as diversas aplicações desta abordagem, pode se destacar a importância das plantas para um determinado grupo étnico; e por meio de métodos como a técnica de valor de uso – UV (ALBUQUERQUE & LUCENA, 2004) pode-se inferir quais são as espécies e/ou famílias mais importantes para uma população (VENDRUSCOLO & MENTZ, 2006). Ferraz *et al.* (2006) lança mão deste método em estudo na caatinga de Pernambuco, na intenção de evidenciar as categorias de uso mais importantes; integrando os resultados a amostragens fitossociológicas.

No contexto da investigação etnobotânica, o pesquisador procura conhecer a cultura e o dia-a-dia da comunidade pesquisada, os conceitos locais de doença/saúde, o modo como a comunidade se vale dos recursos naturais para a ‘cura’ de seus males, atrair ou afastar animais, construir habitações mais adequadas ao local e outros. Ele procura repassar o conhecimento apreendido para o meio científico sem incorrer em erros de interpretação. É recomendado que a sua relação com a comunidade não entre no campo do envolvimento pessoal. Entretanto, freqüentemente a barreira de pesquisador/pesquisado é ultrapassada e vínculos afetivos são criados, sobretudo com os indivíduos que mais usualmente acompanham o pesquisador no contato com a comunidade e, quando necessário, nas florestas, hortas ou quintais onde se encontram as plantas utilizadas (PATZLAFF & PEIXOTO, 2009 p. 238).

Cabe aqui evidenciar que a afirmação da etnobotânica se deu devido ao acréscimo nos estudos com plantas medicinais, em diversas regiões do país (FRANCO & BARROS, 2006; PINTO *et al.* 2006; BOSCOLO & VALLE, 2008; SANTOS *et al.* 2008; OLIVEIRA *et al.* 2010) e com o avanço das pesquisas abordando as propriedades terapêuticas das plantas houve um significativo incremento nesta área nos últimos anos.

A investigação etnobotânica pode desempenhar funções de grande importância como reunir informações acerca de todos os possíveis usos de plantas, como uma contribuição para o desenvolvimento de novas formas de exploração dos ecossistemas que substituam as formas destrutivas vigentes. Os conhecimentos e tecnologias tradicionais, enriquecidas pelo conhecimento científico ocidental, podem ser desenvolvidos até nas últimas conseqüências, tanto em nível local das comunidades estudadas, como em níveis mais amplos, dentro de programas regionais de desenvolvimento, entendendo-se este não somente como um novo estilo de desenvolvimento mais racional “ecologicamente” falando, mas como parte de uma estratégia política para o intercâmbio social (PATZLAFF & PEIXOTO, 2009). Trabalhos com esta linha de pensamento obtiveram êxito na Região Norte do país, a julgar pela abordagem extrativista de Ming (2006) e Carneiro *et al.* (2010). Ao enfatizar o extrativismo em seus trabalhos, obtém-se um panorama das espécies mais exploradas numa comunidade. Logo, é possível pensar em estratégias para a conservação do ecossistema associado, a fim de viabilizar a perenidade dos recursos para que estes possam ser disponibilizados às gerações futuras. Da mesma forma, a comunidade é convidada a participar do manejo dos ecossistemas, uma vez que os seus habitantes possuem um domínio muito maior do meio em que vivem do que qualquer outro grupo que ali se instale, mesmo que em termos empíricos.

Poucos estudos têm sido realizados na região nordestina com o objetivo de desenvolver programas de conservação e recuperação da Mata Atlântica, inclusive

em relação ao conhecimento e usos que as populações assentadas fazem dos recursos ainda encontrados nos remanescentes florestais (SILVA & ANDRADE, 2005). Esse aspecto é mais alarmante no caso das restingas, ecossistemas carentes de estudos etnobotânicos; uma vez que as pesquisas nestes ambientes são predominantemente de cunho florístico e fitossociológico, a julgar pelos trabalhos de [Fraga & Peixoto (2004); Leite & Andrade (2004); Scherer (2005) Almeida-Jr. et al. (2009); Dias e Menezes (2007)]. Poucos são os trabalhos relacionados à relação homem/natureza, o que subestima inclusive, a riqueza de espécies medicinais ou raras nestas áreas.

Atualmente percebe-se o considerável avanço nas pesquisas etnobotânicas no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, todavia, ainda predomina o enfoque às plantas medicinais (OLIVEIRA et al. 2009). Na verdade, percebe-se que há uma tendência em se subestimar o potencial produtivo de certas formações vegetais, sendo esta a razão de tanta devastação em diversos ambientes. No estudo sobre caatinga no Pernambuco, Albuquerque & Andrade (2002) chamam atenção para tal questão, quando afirmam que:

A caatinga, como uma formação vegetacional, está envolvida pela idéia de improdutividade, segundo a qual seria uma fonte menor de recursos naturais; idéia esta que parece estar sempre associada às áreas áridas e semi-áridas de todo o mundo. O conhecimento acumulado pelas populações locais constitui uma poderosa ferramenta, na qual desenvolvimentistas e conservacionistas podem se valer no planejamento e conservação destas áreas (p. 274).

Observa-se, portanto, que há uma questão cultural imperando no descaso com o meio natural, e isto não ocorre só com a caatinga; pois ecossistemas como manguezais e restingas também sofrem este tipo de pressão. Os manguezais, durante muito tempo foram vistos como locais fétidos e sujos, insalubres e depósito de lixo e mosquitos; enquanto as restingas servem de alicerces para grandes empreendimentos.

A importância dos registros etnobotânicos tem sido ressaltada por diversos pesquisadores, dentre eles, Sousa *et al.* (2007), que também relaciona o êxito da utilização de plantas medicinais nos países em desenvolvimento com a deficiência no sistema oficial de saúde. O autor aceita que...

...os estudos com plantas medicinais têm sido responsáveis por inúmeras e importantes descobertas, entretanto resultados promissores dependem de uma maior inter-relação entre as várias áreas que compõem o estudo das plantas medicinais, pois a continuidade dos mesmos de forma isolada perpetuará a não integralização dos resultados, impedindo conseqüentemente o desenvolvimento de novos medicamentos. (p. 549).

No Brasil, o uso de plantas medicinais está muito ligado à cultura indígena, mas a influência européia é inegável, a julgar pela considerável quantidade de plantas introduzidas em nossas hortas e largamente utilizadas não somente como medicamento, mas também como ervas aromáticas. (GRANDI *et al.* 1989). Já Bieski (2005) destaca três tipos de influência na formação da medicina popular, a saber: a colonização portuguesa; a participação indígena, de aspectos místico e terapêutico; e a cultura negra proveniente da África (escravos).

A verdadeira conexão planta-homem, da forma como afirma Marques (1995) só pode ser explicitada a partir de um enfoque multidisciplinar, englobando vários ramos do conhecimento humano, entre eles a história, antropologia, botânica e ecologia. É a partir dessa abordagem que a Etnobotânica utiliza e valoriza o conhecimento tradicional dos povos e que possibilita entender suas culturas, bem como a utilização das plantas medicinais. É uma verdadeira investigação científica utilizando conhecimentos tradicionais empíricos em prol da melhoria da qualidade de vida, não só da humanidade, como do ambiente, pois os conhecimentos úteis em termos antropológicos têm como consequência conservação das plantas.

Os recursos da biodiversidade são fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades humanas. A cultura tradicional das populações de pescadores, grupo social com fortes ligações com a natureza, deve ser estudada, protegida e valorizada, pois com isso torna-se maior a probabilidade de assegurar os serviços ambientais dos ecossistemas naturais, combinando a manutenção da cobertura vegetal e a melhoria da qualidade de vida do homem nas áreas onde vivem (FONSECA-KRUEL & PEIXOTO, 2004, p. 178).

Os estudos etnobotânicos podem também subsidiar trabalhos sobre uso sustentável da biodiversidade através da valorização e do aproveitamento do conhecimento empírico das sociedades humanas, a partir da definição dos sistemas de manejo, incentivando a geração de conhecimento científico e tecnológico voltados para o uso sustentável dos recursos naturais (FONSECA-KRUEL & PEIXOTO, 2004).

A humanidade pode usar os recursos vegetais para diversos fins, tais como: construção, comércio, alimentação, mágica, medicinais e tecnológicos. Estas plantas podem ser cultivadas ou provenientes da exploração direta da mata (SILVA & ANDRADE, 2005). As de fim alimentício são predominantemente cultivadas em quintais. Contudo, percebeu-se uma supressão das atividades agrícolas, pois em algumas localidades, os moradores estão perdendo o acesso à terra. Isso é decorrente da retirada de muitas famílias, para a construção de usinas e outras obras de beneficiamento; o que faz com que as mesmas migrem para as cidades, sendo obrigadas a comprar os alimentos que antes eram cultivados livremente nas roças, para sobreviver.

Há muitos indicativos de que, no contexto da pesquisa etnobotânica, tem sido uma preocupação dos cientistas retribuir a comunidade pelo acolhimento, respeito e ajuda na pesquisa, mas especialmente pelo compartilhamento do saber sobre as plantas. Essa preocupação se tornou, entretanto, mais explícita, após a promulgação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), firmada em 1992 por 162 países, entre os quais o Brasil. A CDB estabelece três níveis de obrigações a serem cumpridas por cada país participante: a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição de benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos (PATZLAFF & PEIXOTO, 2009).

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Explicitar as interações da comunidade de Barra de Serinhaém, Ituberá, Bahia com os recursos vegetais da restinga.

4.2 Objetivos Específicos

- Conhecer as etnoespécies úteis no cotidiano dos entrevistados;
- Conhecer as categorias de uso predominantes nas citações;
- Conhecer os órgãos vegetais comumente explorados, bem como suas respectivas finalidades.
- Refletir sobre os impactos do conhecimento e do uso popular das plantas sobre a relação da comunidade com a floresta de restinga.

5 MATERIAL E MÉTODOS

5.1 A área de estudo

5.1.1 *Área de Proteção Ambiental do Pratigi (APA do Pratigi)*

As Áreas de Proteção Ambiental geralmente são extensas áreas com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes para o bem-estar das populações humanas. Objetivam basicamente proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais (SNUC, 2000).

A Área de Proteção Ambiental do Pratigi foi criada pelo Decreto Estadual nº 7.272, de 02 de abril de 1998, compreendendo os municípios de Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha. Com a aprovação do Decreto nº 8.036 de 20 de setembro de 2001, foram inclusos também, os municípios de Ibirapitanga e Piraí do Norte; totalizando uma área estimada em 85.686 ha. A implantação da APA objetivou ampliar a proteção das áreas de restinga e manguezal, característicos da Mata Atlântica nesta região, estendendo-se posteriormente, para as áreas de estuário do município de Igrapiúna até a foz do Rio Pinaré (BAHIA, 2001).

Inserida no corredor central da Mata Atlântica, foi criada com o objetivo de proteger as grandes extensões de praias, restingas, manguezais e remanescentes de Floresta Ombrófila Densa, bem como promover o desenvolvimento rural e urbano dos municípios que a abrigam (AGIR, 2009).

5.1.2 *O Município de Ituberá*

O município de Ituberá possui cerca de 417,542 km² de área e a população estimada é de 24.169 habitantes (IBGE, 2009). As Coordenadas Geográficas são: 13°44'S e 39°08'W e a economia é caracterizada pelo cultivo de produtos diversificados, produzidos em pequena escala, a exemplo do cacau, dendê, coco,

cravo da Índia, pimenta do reino, piaçava, borracha, guaraná e recentemente, o palmito (FONSECA, 2002). O município limita-se com os municípios de Nilo Peçanha ao norte; Igrapiúna ao sul; Piraí do Norte a oeste e Oceano Atlântico ao leste; e a distância aproximada à capital (Salvador) é de 308 km (FONSECA, 2002).

5.1.3 Barra de Serinhaém

A comunidade de Barra de Serinhaém, foco deste estudo, está localizada na porção estuarina do município de Ituberá (Figura 1) e é caracterizada como uma “aldeia de pescadores”. O acesso à comunidade pode ser por via marítima (aproximadamente 2 horas de barco); ou por via terrestre, pela praia de Pratigi em maré baixa. A paisagem é composta por densas áreas de manguezal, matas, vegetação de várzea; e também por extensos coqueirais, dendezeiros e piaçaveiras (FONSECA, 2002).

O núcleo central de Barra do Serinhaém abrange uma área de aproximadamente 60.000 m² ocupados de forma compacta, com um sistema viário definido, composto de uma via principal e uma rede de ruas transversais que vai desde a entrada do povoado até a “Praça do Porto”; espaço aberto que fica às margens do estuário do Serinhaém. A distância à sede do município é de 44km, por via terrestre (FONSECA, 2002).

O clima é caracterizado como quente e úmido, sendo a temperatura média anual 25,3°C e a pluviosidade anual média 1800 a 2400 mm/ano.

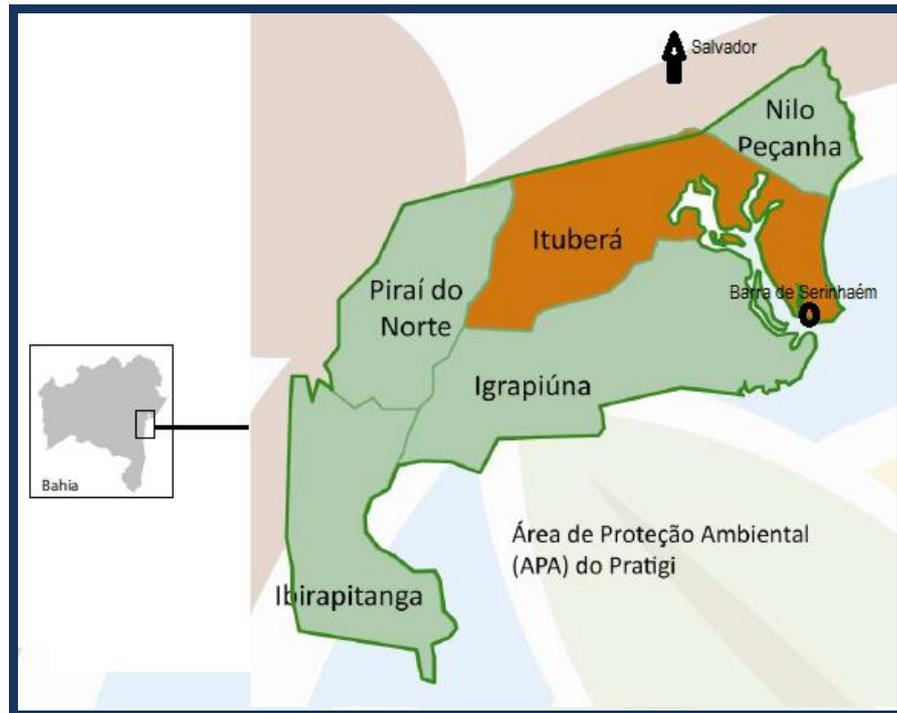


Figura 1. Localização da Área de Proteção Ambiental do Pratigi onde está inserida a Comunidade de Barra de Serinhaém (adaptado de Fischer, 2007 e AGIR, 2009). Fonte: Conceição *et al.* (2011)².

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (2011), a população da comunidade totaliza 561 habitantes, distribuídos em 136 famílias. Destes, 282 são homens e 279 são mulheres. Das 136 residências de Barra de Serinhaém, 106 são de tijolo e 29 são de madeira. Existe abastecimento de água e energia elétrica no local, bem como um posto de saúde para atendimento mais simples e uma escola municipal de ensino fundamental I (até o 4º ano) (Figura 2). Os estudantes do ensino fundamental (5º ao 9º ano) devem deslocar-se até a sede do município em barco cedido pela prefeitura municipal. Atualmente todos estão matriculados no período matutino em escolas da rede pública estadual e municipal.

² Retirado do artigo intitulado “Conhecimento Popular e Uso das Plantas da Restinga pela Comunidade de Barra de Serinhaém, Apa de Pratigi-Bahia”. In: Educação Ambiental: os caminhos para a conservação da sociobiodiversidade. p. 290.

5.1.4 A Comunidade tradicional de Beira-mar em Barra de Serinhaém

Pesquisadores que discutem a relação sociedade-natureza trazem uma conceituação para esse grupo social que aqui chamamos de população tradicional de beira-mar. Segundo estes autores, o termo população tradicional³ se aplica a qualquer outro grupo que apresente características similares, contudo recebem denominações específicas de identificação. Diegues (2001) salienta a existência das seguintes denominações específicas para as populações litorâneas: caiçaras, açorianos, praieiros, jangadeiros e pescadores artesanais, cuja organização social está diretamente ligada aos recursos naturais. Diante dessas referências definiu-se, para este estudo, o termo *comunidade tradicional de beira-mar*, tomando como princípios orientadores o histórico de ocupação e o sentimento de filiação de quem escolheu conviver com a praia, o rio, o brejo, o mar, a mata e o mangue. Considerou-se ainda a territorialidade desse grupo: as relações sociais de beira-mar, o uso de ambientes naturais (o rio, a praia, o mar, a mata, o mangue e os brejos) para a produtividade, a reprodução social e o modo de vida presente.

Na verdade, por uma questão de identidade, o território litorâneo que abriga os estuários no Baixo Sul da Bahia é denominado pelos órgãos de gestão pública como *comunidade estuarina*, por considerar a inserção da comunidade dentro do estuário. Desta forma, a gestão pública local divide os territórios do município em Zona rural (áreas terrestres destinadas à agricultura; as *roças*), Zona urbana e Zona estuarina (áreas à beira mar que estejam dentre regiões de estuário). No linguajar local, ainda se pode perceber o uso do termo “*beirada*” para designar tais espaços. Desta forma, é comum que os povos que vivem nestes territórios se considerem “*beiradeiros*”. Desta forma, fica definido e diferenciado aqui dois termos importantes no entendimento das comunidades tradicionais do Baixo Sul da Bahia: as *roças* e a

³ A expressão população tradicional foi incorporada na legislação brasileira a partir da Constituição de 1988, porém desse período até hoje, essa expressão ganhou alterações, inclusive em diferentes legislações. Um exemplo foi à inserção na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art.225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Nessa Lei, a expressão população tradicional é mencionada, ou ainda população tradicional extrativista, também faz relação desses grupos sociais com as unidades de conservação.

beirada. Ressalta-se aqui a afirmação da identidade dos *beiradeiros*, como pessoas oriundas da *beirada*. No presente estudo, introduz-se o termo *comunidade tradicional de beira-mar* como sinônimo do termo *beirada*, explicado anteriormente.

A pesca é a principal fonte de renda desta comunidade e a principal atribuição dos homens. Às mulheres cabe o tratamento do pescado e crustáceos trazidos do mar e pela mariscagem⁴. Dentre os crustáceos mais explorados, destacam-se o camarão, a lagosta, o caranguejo e o siri, que podem ser consumidos inteiros ou sob a forma de catados⁵. As figuras 3 e 4 ilustram algumas dessas atividades registradas na comunidade durante o desenvolvimento deste trabalho.

Como desdobramento da principal atividade, a comunidade conta com uma cooperativa de pescadores, a COOPABAS, onde funciona também a fábrica de gelo (Figura 5). Cita-se ainda que a comunidade está organizada por meio da Associação Comunitária de Barra de Serinhaém (ACBS) (Figura 6).

⁴ Define-se aqui como “mariscagem” o processo de captura e beneficiamento dos mariscos (moluscos e crustáceos), também denominados por alguns de “frutos do mar”; que são extraídos dos estuários e manguezais na região. Pelas marisqueiras eles passam por um processo de aproveitamento; considerado na região como “catar”.

⁵ “Catado” na comunidade, atribui-se ao crustáceo em que foram retiradas as partes comestíveis (filé), sendo desprezadas as vísceras, carapaças ou qualquer parte que não seja palatável ou utilizável na gastronomia. Desta forma, é comum ouvir os habitantes da comunidade referirem-se aos frutos do mar com “catado de siri”, “catado de caranguejo” ou “catado de aratu”.



Figura 2. Escola infantil (ensino primário) na Barra de Serinhaém.



Figura 3. Arraia: pescado comumente consumido na comunidade e nas regiões circunvizinhas.



Figura 4. Secagem de peixe ao ar livre. Prática comum em Barra de Serinhaém.



Figura 5. Cooperativa de Pesca e Aquicultura da Barra de Serinhaém (COOPABAS), onde funciona também a Fábrica de gelo.



Figura 6. Associação Comunitária de Barra de Serinhaém – ACBS.

A cultura de Barra de Serinhaém é marcada principalmente por festejos religiosos. Tradicionalmente, na última semana de janeiro ocorre a festa do padroeiro, Senhor do Bonfim, caracterizada pelas novenas realizadas na igreja local (Figura 7), missa festiva e festas profanas. Anualmente, e em períodos variados, é realizada a romaria de Nossa Senhora da Boa Viagem; em geral, no primeiro domingo do mês de março. Do cais do porto, em Ituberá, saem os barcos ornamentados, dando início à procissão marítima em direção à Barra de Serinhaém onde é realizada a missa festiva e a procissão terrestre.

Segundo relatos de habitantes, outras romarias também são realizadas na comunidade, a exemplo da romaria de Nossa Senhora da Conceição, cuja festa é celebrada dia 08 de dezembro. No período entre 02 e 05 de fevereiro, parte da comunidade se organiza para festejar o tradicional “presente de lemanjá”. Diversos barcos partem em procissão marítima, em direção ao mar aberto; onde são depositados os presentes.



Figura 7. Igreja de Senhor do Bonfim, padroeiro da comunidade, cuja festa é celebrada na última semana de janeiro.

5.2 Primeiras aproximações

Inicialmente, foram realizadas algumas visitas aleatórias à comunidade no período de junho a agosto de 2010, para reconhecimento da área e estabelecimento de relações. Em seguida, buscou-se a agente de Saúde local, a fim de explicar a proposta de projeto e solicitar sua ajuda para uma aproximação mais efetiva com a comunidade. Além disso, a mesma auxiliou no entendimento dos aspectos físicos, demográficos, relações sociais, figuras humanas de destaque e possíveis lideranças. Foi com a ajuda da agente de saúde que houve a aproximação com essas pessoas, de forma a estabelecer laços de confiança e somente após o terceiro mês foram iniciadas as primeiras coletas de dados.

5.3 Sujeitos do estudo

O estudo considerou como sujeito as famílias da comunidade de Barra de Serinhaém. Dessa forma, todas as pessoas presentes no momento da coleta de dados foram considerados sujeitos, adotando como critério de inclusão sua residência no domicílio em foco. No entanto, para fins de facilitação da caracterização das famílias, foram coletados dados pessoais somente da pessoa que prestou a maioria das informações, adotando-se, assim, a figura do “principal informante” (ALBUQUERQUE & LUCENA, 2004).

5.4 Coleta de dados sobre o conhecimento e uso das plantas

O presente estudo foi realizado no período de abril de 2010 a julho de 2011. Para a coleta de dados utilizou-se duas estratégias: (1) aplicação de questionário (apêndice I) e entrevistas abertas.

Antes de proceder à coleta de dados, considerou-se importante testar o questionário (ALBUQUERQUE & LUCENA, 2004), visando reduzir os possíveis erros (GANDOLFO & HANAZAKI, 2011). Na aplicação dos questionários, o principal informante era solicitado a fornecer dados pessoais tais como: idade, profissão e

local de origem. Além disso, o questionário abordou questões sobre a existência da mata de restinga, as plantas que a família conhecia, suas formas de uso bem como as partes das mesmas que eram utilizadas. O questionário foi utilizado de forma que uma informação fosse pré-requisito para outra, ou seja, a negação de uma pergunta, automaticamente dispensa a pergunta seguinte, encerrando assim os questionamentos.

Nesta pesquisa não foram coletadas amostras das plantas citadas pelas famílias para organização de uma lista botânica. Por isso, apresenta-se aqui o registro de nomes populares ou vernaculares (ALBUQUERQUE, 2005) os quais foram chamados de *etnoespécie* (MIRANDA & HANAZAKI, 2008), adotando o sistema de taxonomia de *folk* ou *etnotaxonomia* (ALBUQUERQUE, 2005). As taxonomias de folk constituem os chamados sistemas vernaculares. Observando-se que as classificações podem levar em consideração atributos morfológicos e simbólicos, e que os táxons são agrupados em classes por traços similares (categorias etnobiológicas); a metodologia utilizada por este sistema assume cinco grupamentos na hierarquia biológica; todos eles baseados em características comuns e definidas pelo grupo estudado, conforme aborda Albuquerque (2005):

- I. *Iniciador absoluto*: o nível mais alto da hierarquia biológica.
- II. *Etnoclasse*: presente na maioria das culturas, porém em pequena quantidade. Exemplos: árvore, peixe, cobra, inseto.
- III. *Etnogênero*: o nível mais comum em determinada língua. Pode ser o nível final de alguns táxons. Também é o nível que a criança aprende. Exemplos: tucano, abelha, onça, palmeira, pinheiro.
- IV. *Etnoespécie*: complementa o conceito de etnogênero, mas inclui os lexemas secundários, o que distingue um indivíduo do outro. Exemplo: tucano-de-peito-amarelo.
- V. *Etnosubespécie*: o nível mais raro; somente usado para espécies extremamente importantes na cultura.

Normalmente, o etnogênero é considerado ponto de referência nas classificações etnobotânicas. No presente estudo, porém, as plantas citadas foram designadas como etnoespécie (MIRANDA & HANAZAKI, 2008), considerando que o termo representa o sinônimo do *nome popular* de uma planta.

Com uso do questionário foram obtidas ainda as informações sobre a origem e repasse dos conhecimentos sobre as plantas. As entrevistas abertas foram utilizadas como forma complementar das informações sobre o conhecimento e uso das plantas e para contribuir com a investigação sobre o significado do ecossistema de restinga para as famílias. Não foi organizado um roteiro específico para as entrevistas sendo esta conduzida de forma livre e seu desenvolvimento ficou inteiramente dependente da habilidade da pesquisadora em perceber as situações e momentos ideais para aquisição das informações.

5.4.1 *Análise dos dados*

Os dados sobre os usos das plantas, órgãos vegetais explorados, bem como suas finalidades foram analisados qualitativamente por meio da identificação das categorias e quantitativamente por meio do cálculo de suas respectivas frequências absolutas e relativas (percentagem).

Para a reflexão dos impactos do conhecimento e do uso popular das plantas sobre a relação da comunidade com a floresta de restinga foi utilizado a análise de conteúdo a partir dos dados obtidos nos questionários e na entrevista aberta. Da mesma forma, foi utilizada a análise do discurso dos informantes, na qual se buscou avaliar as representações e os significados culturais da mata de restinga para as famílias. Na análise do discurso, visando preservar a identidade dos entrevistados, não houve identificação dos mesmos, e estes foram denominados como Entrevistado A, Entrevistado B, Entrevistado C, e assim por diante.

6 RESULTADOS

Foram visitados 37 domicílios, o que representa 27,2% do total de famílias existentes na comunidade.

A faixa etária variou de 11 a 84 anos, sendo a maior proporção de informantes (42,1%) com idade superior a 50 anos (figura 8). Mulheres também foram maioria (72,7%). Em valores absolutos, isto corresponde a 16 idosos (acima de 50 anos) e 25 mulheres.

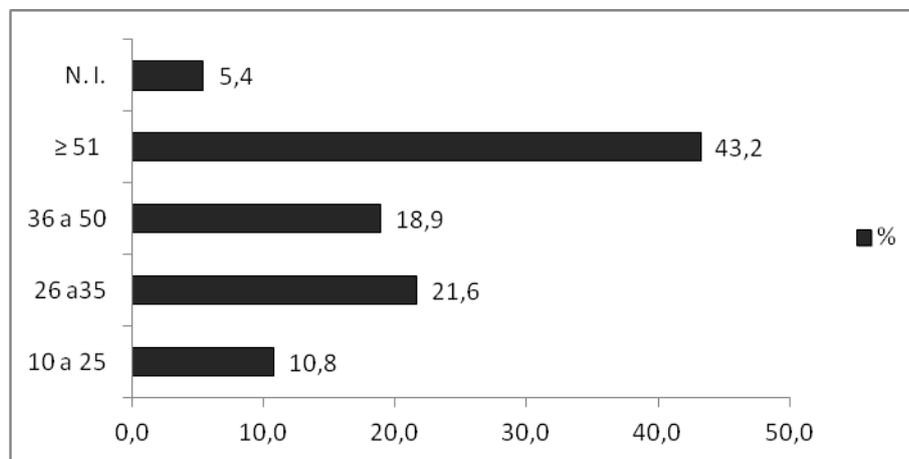


Figura 8. Faixa etária dos principais informantes na comunidade de Barra de Serinhaém Ituberá, Bahia, em valores relativos (%).

Sobre a origem dos informantes observou-se que 20 (54,1%) são oriundos de outras localidades (denominados aqui como imigrantes), sendo que os nativos – aqueles que foram nascidos e criados ali – representam 17 informantes (45,9%).

Em relação à ocupação do principal informante da família obteve-se os seguintes resultados: 5 marisqueiras, 8 pescadores, 2 comerciantes, 1 agente de saúde, 6 aposentados, 8 donas de casa, 1 autônomo, 3 estudantes, 1 pedreiro; uma doméstica e um profissional do campo que foram classificados como “outros”, no presente estudo (Figura 9).

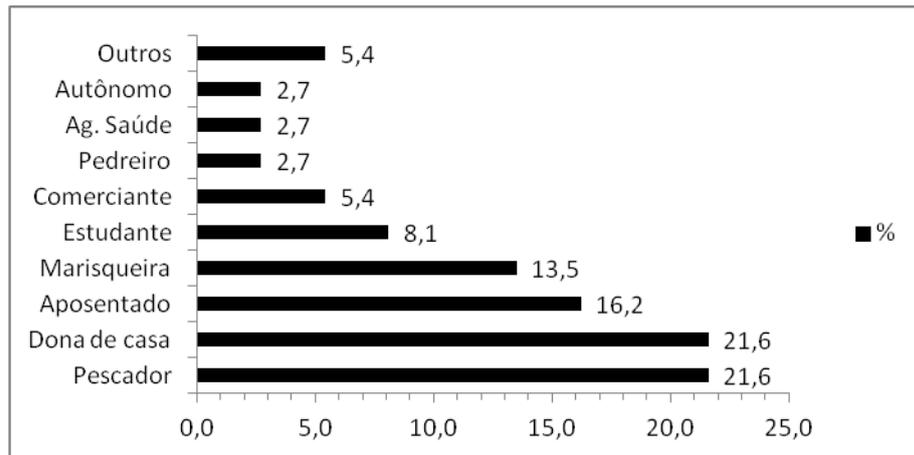


Figura 9. Classificação dos principais informantes quanto à profissão, em valores relativos (%), na comunidade de Barra de Serinhaém, Ituberá, Bahia.

A maioria das famílias (81,1% ou em valores absolutos, 30 informantes) declarou que já visitou a mata de restinga que fica nas proximidades da vila enquanto os demais (18,9% = 7 pessoas) afirmaram não conhecê-la.

Alguns informantes, quando se referiram à mata, demonstraram grande satisfação. A fala abaixo ilustra essa situação.

“Conheço, sim! A gente passa por lá quando vai pra Ituberá, é muito bonito lá. É tanta bromélia, tanta orquídea, precisa você ver lá dentro é a coisa mais linda...” (Entrevistado A).

Outros entrevistados esboçaram também possíveis conhecimentos sobre a fenologia de floração e frutificação na Mata, como pode-se notar na fala abaixo:

Conheço a mata, durante muitos anos trabalhei lá, procurando madeira. Lá tem muita coisa, andava por aquilo ali tudo... quando tá tudo florido é um perfume que fica... um tempo bom pra você chegar lá e ver tudo florido é no mês de abril. Pode chegar lá no mês de abril que você vai ver que coisa mais linda... (Entrevistado B).

Outras pessoas, por sua vez, negavam o conhecimento, dizendo:

“Eu sei que tem uma mata por aí, mas eu nunca andei pros lados de lá não. O pessoal vai muito lá pegar lenha, mas eu mesmo não conheço, não” (Entrevistado C).

Quando perguntados se faziam uso de alguma das plantas da “mata” que conheciam, 25 (67%) famílias afirmaram que sim e 12 (32,4%) disseram que não. As

famílias que afirmaram conhecer a mata foram responsáveis pela citação de 120 etnoespécies.

Das 120 etnoespécies mencionadas, 17 mereceram destaque, devido ao número de vezes em que foram lembradas; a saber:

- amesca: 12 citações;
- orquídea: 11 citações;
- gravatá e aroeira: 9 citações;
- cupiíba, engazeira e dendezeiro: 8 citações;
- cajueiro, caroba, garu (figura 10), maçaranduba, murici e sucupira (sicupira): 7 citações;
- aderno, bromélia, jataipéba e embaúba (umbaúba): 6 citações.



Figura 10. Imagem do garu (fruto), muito utilizado na alimentação dos habitantes de Barra de Serinhaém, que também é indicado no tratamento da diabetes.

A lista completa das etnoespécies (registro fidedigno das pronúncias dos entrevistados) citadas pelos moradores e as respectivas frequências de citações estão disponíveis na tabela 1.

Foram registradas as seguintes categorias de uso nos relatos das famílias: medicinal, alimentar (figura 10), construção, lenha (figura 11), ornamentação (figura 12) e outros. As especificações de uso e suas respectivas frequências estão listadas na tabela 2.

O fruto foi o órgão vegetal mais utilizado, pois apareceu 45 vezes nas citações, seguido do caule, que obteve 35 registros; a folha, com 28; a flor, com 18; raiz e semente, ambas com 2 registros. Esses dados estão dispostos na tabela 3. Contudo, houve também o registro de pessoas que utilizam a planta em sua totalidade, como é o caso das orquídeas utilizadas na ornamentação de residências e igrejas, que totalizaram 5 registros. Todas as informações sobre as etnoespécies citadas como úteis pelas famílias, as respectivas frequências relativa com que foram lembradas, as partes utilizadas e categorias de uso estão compiladas na Tabela 4.



Figura 11. Fogão de lenha, utilizado por uma família na comunidade de Barra de Serinhaém, Ituberá, Bahia.



Figura 12. Bromélias sendo utilizadas sobre o tronco, na ornamentação de uma pousada em Barra de Serinhaém.

Tabela 1. Etnoespécies vegetais citadas pelas famílias da comunidade de Barra de Serinhaém, Ituberá-BA.

Nº	Plantas	Total de citações
1	Amesca	12
2	Orquídea	11
3	Gravatá	9
4	Aroeira	9
5	Cupiíba	8
6	Dendezeiro	8
7	Engazeira	8
8	Cajueiro	7
9	Caroba	7
10	Garú	7
11	Maçaranduba	7
12	Murici	7
13	Sucupira	7
14	Aderno	6
15	Bromélia	6
16	Jataipeba	6
17	Embaúba (umbaúba)	6
18	Loro	5
19	Bananeira-do-mato	5
20	Gameleira	4
21	Jacarandá	4
22	Coqueiro	4
23	Muçerengue	4
24	Murta	4
25	Bacupari	3
26	Bacural	3
27	Coco-babão	3
28	Coquinho de buri	3
29	Landirana	3
30	Araçá	3

Nº	Plantas	Total de citações
31	Baga-de- louro	2
32	Biriba	2
33	Carqueja	2
34	Cipó	2
35	Conduru	2
36	Feto	2
37	Gravatá-de-campo	2
38	Ibiruçú	2
39	Mangueira	2
40	Oiti	2
41	Olandi	2
42	Palmeira	2
43	Pindaíba	2
44	Samambaia	2
45	Taipoca	2
46	Bananeira	2
47	Bugi	2
48	Coquinho	2
49	Taioba	2
50	Tiririca	2
51	Abacateiro	1
52	Abacaxi-do-mato	1
53	Angelica-do-mato	1
54	Araticum	1
55	Arcansus	1
56	Bambu	1
57	Barbatimão	1
58	Cacto	1
59	Caldo	1
60	Cana-de-macaco	1

Tabela 1. Etnoespécies vegetais citadas pelas famílias da comunidade de Barra de Serinhaém, Ituberá-BA.

Nº	Plantas	Total de citações	Nº	Plantas	Total de citações
61	Canela	1	91	Quina	1
62	Cipó-de-amesca	1	92	Sapé	1
63	Cocó	1	93	Sapucaia	1
64	Croto	1	94	Seringueira	1
65	Escada-de-macaco	1	95	Tati	1
66	Genipapo	1	96	Trinca-trinca	1
67	Golfo	1	97	Coco de sandó	1
68	Guerém	1	98	Maracujá-de-cobra	1
69	Guina-rosa	1	99	Ingá-facão	1
70	Ingá-7-anos	1	100	Ingá-periquito	1
71	Ingá-canivete	1	101	Salsa-do-mato	1
72	Ingá-cipó	1	102	Pulga-do-campo	1
73	Inhaíba	1	103	Vassourinha	1
74	Jambo	1	104	Vermelhão	1
75	Jamburandi	1	105	Carrasco	1
76	Jaqueira	1	106	Gandu	1
77	Jatobá	1	107	Cansansão	1
78	Jenipapo-do-mato	1	108	Tinto	1
79	Jussara	1	109	Mamona	1
80	Licuri	1	110	Angelim	1
81	Macambira	1	111	Pinhão-roxo	1
82	Matataíba	1	112	Amburana	1
83	Mucugê	1	113	Coquinho-da-praia	1
84	Muçutaíba	1	114	Mangue-vermelho	1
85	Noz-moscada	1	115	Sapoti	1
86	Paparaíba	1	116	Camará	1
87	Pati	1	117	Ingá-cururu	1
88	Piquiá	1	118	Fruta de pinha	1
89	Piquiá-do-mato	1	119	Embira	1
90	Pupunha	1	120	Xananã	1

Tabela 2. Categorias, especificações de uso dos recursos vegetais de restinga na comunidade de Barra de Serinhaém, Ituberá, Bahia e frequências com que foram citadas pelas famílias entrevistadas.

CATEGORIAS DE USO	ESPECIFICAÇÃO DE USO	FREQ. REGISTROS Valor Absoluto (Freq. %)
Medicinal	Chás, infusões, garrafadas, banhos, lambedores ou vegetais <i>in natura</i> destinados à cura e/ou prevenção de: doenças do sistema digestório, respiratório, diabetes, hipertensão, derrames, hepatite, colesterol, dores de cabeça; feridas e inflamações. Exsudato (resina) extraído do tronco, que quando adicionado à água é destinado à prevenção de diversas doenças	49 (39,2%)
Alimentar	Frutos, sementes, folhas e flores utilizados crus ou cozidos; sucos; doces; temperos (condimentos)	42 (33,6%)
Construção	Caules de madeiras-de-lei destinados à construção de cercas, tábuas para piso e teto, embarcações, alicerces de casas (esteio), portas.	5 (4%)
Ornamental	Folhas, flores ou plantas inteiras destinadas ao cultivo em jardins, ornamentação de igrejas e decoração da casa.	15 (12%)
Lenha	Madeira destinada ao combustível para fogões, defumagem, fogueiras e atividades afins.	5 (4%)
Outros	Fibras vegetais destinadas ao artesanato e fabricação de cestos e samburá. Frutos utilizados no processo de produção de óleos para embarcações e lubrificantes de motor. Látex utilizado na indústria de cosméticos, para fabricação de cremes dentais. Frutos utilizados na produção de bebidas (licores). Palha destinada à secagem de peixes. Folhas utilizadas para defumar camarão.	9 (7,2%)

Tabela 3. Órgãos vegetais exploradas pelas famílias entrevistadas em Barra de Serinhaém, Ituberá, Bahia e respectivas frequências com que foram citadas.

Órgão	Citações (%)
raiz	2 (1,48)
semente	2 (1,48)
toda a planta	5 (3,7)
flor	18 (13,33)
folha	28 (20,74)
caule	35 (25,92)
fruto	45 (33,33)

Tabela 4. Etnoespécies citadas como úteis pelas famílias de Barra de Serinhaém, Ituberá-BA, evidenciando as citações de uso para cada espécie, a frequência relativa (FR), em porcentagem; os órgãos utilizados e as categorias de uso. (Me): medicinal; (Al): alimentar; (Co): construção; (Le): lenha; (Or) ornamental e (Ou): outros.

Nº	Etnoespécie	FR (%)	Partes usadas	Categorias de uso					
				Me	Al	Co	Le	Or	Outros
01	amesca	6,35	raiz, caule, folha, fruto, semente	x	x				
01	orquídea	5,82	flor, folha, toda	x				x	
03	aroeira	4,76	folha, caule	x				x	defumagem de camarão
04	gravatá	4,76	flor, folha, toda					x	
05	cupiíba	4,23	caule				x		
06	dendezeiro	4,23	fruto, folha		x				óleo (lubrificante); secagem de peixes
07	engazeira	4,23	fruto		x				
08	cajueiro	3,70	fruto, caule	x	x				
09	garu	3,70	fruto, folha, semente	x	x				
10	maçaranduba	3,70	caule, fruto		x	x	x		
11	murici	3,70	caule, fruto		x		x		
12	sucupira	3,70	fruto, semente	x					
13	aderno	3,17	caule						
14	bromélia	3,17	Flor					x	
15	jataipeba	3,17	caule						Artesanato
16	loro	2,65	fruto, caule	x					Artesanato
17	coqueiro	2,12	fruto		x				
18	jacarandá	2,12	caule			x	x		Artesanato

Tabela 4. Etnoespécies citadas como úteis pelas famílias de Barra de Serinhaém, Ituberá-BA, evidenciando as citações de uso para cada espécie, a frequência relativa (FR), em porcentagem; os órgãos utilizados e as categorias de uso. (Me): medicinal; (Al): alimentar; (Co): construção; (Le): lenha; (Or) ornamental e (Ou): outros.

Nº	Etnoespécie	FR (%)	Partes usadas	Categorias de uso					
				Me	Al	Co	Le	Or	Outros
19	muçerengue	2,12	caule, flor		x	x	x		
20	murta	2,12	fruto		x				Licor
21	araçá	1,59	fruto		x				
22	coquinho de buri	1,59	fruto		x				
23	baga-de- louro	1,06	folha	x					
24	bananeira	1,06	flor, folha, toda					x	
25	biriba	1,06	caule			x			
26	carqueja	1,06	folha	x					
27	cipó	1,06	caule						cestos, samburás
28	conduru	1,06	fruto, caule		x				Artesanato
29	coquinho	1,06	fruto		x				
30	feto	1,06	folha					x	
31	mangueira	1,06	fruto		x				
32	oiti	1,06	fruto	x					
33	palmeira	1,06	caule		x				
34	taioaba	1,06	folha		x				
34	arcansus	0,53	raiz		x				
35	barbatimão	0,53	caule	x					
36	caldo	0,53	fruto	x	x				
37	camará	0,53	flor	x					
38	cana-de-macaco	0,53	caule	x					
39	canela	0,53	caule, folha	x	x				
40	embira	0,53	fruto		x				
41	fruta de pinha	0,53	fruto	x					
42	ingá-7-anos	0,53	fruto		x				
43	ingá-cururu	0,53	fruto		x				
44	jatobá	0,53	caule	x					
45	mangue-vermelho	0,53	caule	x					
46	mucugê	0,53	fruto		x				creme dental
47	piquiá	0,53	fruto		x				
48	pulga-do-campo	0,53	folha	x					
49	pupunha	0,53	fruto		x				
50	salsa-do-mato	0,53	folha	x					
51	sapé	0,53	folha, raiz	x					
52	sapoti	0,53	fruto		x				
53	xananã	0,53	Fruto		x				

7 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos corroboram outros estudos realizados em restinga (FONSECA-KRUEL & PEIXOTO, 2004; FONSECA-KRUEL *et al.* 2006; MIRANDA & HANAZAKI, 2008).

De acordo com Miranda & Hanazaki (2008), quando a mesma planta pode ter diversos nomes populares, ocorre sinonímia. Da mesma forma; quando o mesmo nome popular refere-se a mais de uma espécie, ocorre homonímia. Eis aí a importância da taxonomia como abordagem complementar nos estudos etnobotânicos; ao evitar que ocorram choques entre nomenclaturas, já que o(s) nome(s) de cada planta pode(m) variar conforme a região. Mediante a ausência da lista florística; não é possível comparar os resultados floristicamente no presente estudo; pois obteve-se aqui o registro dos nomes populares das plantas conhecidas na comunidade; e os dados foram comparados tomando-se estes elementos.

Contudo, já é possível notar certa similaridade entre algumas etnoespécies citadas na Barra de Serinhaém e as etnoespécies encontradas por Miranda & Hanazaki (2008): aroeira, caju, carqueja, murta, bacupari. Fonseca-Kruel *et al.* (2006) listaram também etnoespécies semelhantes (aroeira, bacupari, caju, murici e gravatá). Houve aqui uma comparação entre as citações vernaculares, mesmo que taxonomicamente possa haver distinção.

Apesar da forte relação da comunidade com o meio estuarino, que se estabelece através da pesca, há um considerável conhecimento produzido, no que diz respeito à organização do meio natural. O expressivo número de recursos alimentares nesta pesquisa sugere que a mata constitui importante fonte complementar para a subsistência das famílias. Além de revelar a mata de restinga como uma importante fonte de medicamentos, o significativo contingente de plantas mencionadas para essa finalidade demonstra a precariedade dos serviços de saúde pública no local. Nesse aspecto, possivelmente, o isolamento da comunidade (o que dificulta o acesso à sede) e o descaso das autoridades acabam marginalizando a população residente na Barra de Serinhaém, no que diz respeito ao fornecimento de

condições básicas de saúde e educação, o que intensifica o êxodo local, em busca de melhores condições de vida.

Outros autores encontraram resultados semelhantes no que diz respeito aos tipos de uso das etnoespécies. Miranda & Hanazaki (2008), por exemplo, registraram que as categorias mais frequentes foram medicinal, alimentar e manufatura para a comunidade das ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC). No trabalho de Fonseca-Kruel & Peixoto (2004), em Arraial do Cabo (RJ), das 68 espécies registradas pelas autoras, 31 foram classificadas como alimentares, e 27 como medicinais, 20 utilizadas na tecnologia, 7 como lenha, 6 em construção e 2 como ornamentais. Com exceção da categoria “tecnologia”, todas as outras foram registradas no presente estudo (tabela 4). O que as autoras chamaram de “tecnologia” foi tratado aqui como “outros”.

Fonseca-Kruel & Peixoto (2004) observaram que os frutos foram os órgãos mais citados como úteis (28%), resultado que também corrobora o presente estudo, em que os frutos representaram utilidade tanto alimentar como medicinal. As etnoespécies encontradas por estas autoras, também presentes nas citações das famílias de Barra de Serinhaém incluem: bacupari, aroeira, ingá, murici, murta e caju.

De todas as etnoespécies mencionadas, a que mais se destacou foi a Amesca. Os conhecimentos e usos sobre essa espécie podem ser considerados um verdadeiro legado cultural que tem se perpetuado entre gerações e permanece até os dias de hoje. Mencionada principalmente com finalidades medicinais, essa planta foi citada como útil para várias moléstias, entre as quais citam-se: tratamento de doenças do sistema digestório, respiratório, colesterol, cólicas menstruais, hepatite; prevenção de doenças em geral e para manutenção do bem estar (calmante). Foi também o que obteve suas partes totalmente aproveitadas: raiz, caule (exsudato), folha, fruto e semente. Sobre as formas de uso, o principal é o uso da resina produzida pela planta:

“A gente aqui usa muito a amesca, né? Ela tem uma resina que é muito boa pra saúde. A gente pega aquela resina, bota na água e bebe... é bom pra tudo..” (Entrevistado F).”

“Tem a amesca, que é uma planta que tem aí na mata, ela dá uma resina boa pra muita coisa. Essa resina usa na água, e aí você vai bebendo aos poucos. Isso desde o tempo de meus avós que se usa” (Entrevistada G).

Em outras pesquisas, a Amesca foi identificada como *Protium heptaphyllum* Aubl. (Família Burseraceae), a qual também foi denominada como almesca, almécega, breu, breu branco e breu verdadeiro. Outros trabalhos também relatam o valor medicinal da Amesca (ALMEIDA *et al.* 2008; VIOLANTE, 2008; REGO *et al.* 2010) corroborando os resultados obtidos aqui. Violante (2008) mencionou efeito antiinflamatório, analgésico, expectorante e cicatrizante, segundo a medicina popular. Almeida *et al.* (2008) também registrou propriedades terapêuticas tais como: analgésica, cicatrizante, expectorante, antiinflamatória e antiulcerogênica comprovadas. Rego *et al.* (2010) estudou o conhecimento de índios Kaiowá e Guarani, e registrou o uso do “leite” da amesca como medicinal para dor de barriga e alívio de dor nas juntas. Contudo, a utilização dessa planta pela comunidade não se restringe à categoria medicinal, pois tem potencial valor na calafetagem de embarcações e repelente de insetos. Almeida *et al.* (2008) obteve como resultados para esta planta indicações como defumador em fogueiras para purificação do ar.

No trabalho de Carneiro & Barboza (2010) em uma reserva extrativista no Pará, o murici teve uma ampla gama de utilizações, obtendo indicações medicinal, alimentar e artesanato; contudo não houve menções à categoria combustível, diferindo do presente estudo.

As categorias de uso encontradas no trabalho de Santos *et al.* (2009), na restinga de Carapebus (RJ) foram: alimentar, medicinal, ornamental, tecnologia, higiênica, aromatizante, construção e combustível; e neste estudo o uso medicinal predominou. Já Gandolfo & Hanazaki (2011) em Florianópolis (SC), distribuíram as categorias de uso entre: alimentícia, combustível, construção, ecológico, forrageiro, manufatura, medicinal, ornamental, outros; sendo que a categoria medicinal também

predominou. Soares *et al.* (2004) em São João do Polêsine (RS) distribuíram os vegetais em uma infinidade de categorias de uso, as quais incluem: bebida, complemento alimentar, corante, cosméticos, materiais de higiene e limpeza; repelente, sombra e uso místico.

Ao contrário do registrado em outros estudos, nos quais o conhecimento se restringia a pessoas “de notório saber” dentro das comunidades, conforme registrado por Santos *et al.* (2009); em Barra de Serinhaém vários informantes foram responsáveis por uma parcela de citações de plantas úteis. Este conhecimento detido pelas famílias é oriundo de ensinamentos dos seus antepassados. Foi quase que unânime a menção aos avós e outros “parentes mais velhos”, como eles denominam. Observou-se também que este conhecimento pode ser difundido entre pessoas da mesma geração, a julgar pelas entrevistadas que afirmaram ter aprendido com amigos, vizinhos e conhecidos. Oliveira *et al.* (2010) na comunidade de Muribeca (PE), também observaram que seus entrevistados adquiriram o conhecimento com seus pais e parentes próximos e afirmam que este cenário vem mudando e as informações tendem a se perder; primeiramente devido à influência da cultura moderna e depois pela intensa devastação dos ambientes naturais, o que obriga o êxodo das famílias para a zona urbana. Para os autores, a consequência desse fenômeno é a perda das heranças culturais.

Fato curioso é que as crianças de Barra de Serinhaém demonstraram bastante interesse no tema e algumas delas fizeram questão de participar da entrevista. Porém, geralmente, as mães e avós evitavam a intromissão e não os autorizavam a falar. Seguem algumas falas que exemplificam situações como essa:

“Psiu! Calado! Isso não é conversa para criança. Vá pra lá.”

(Entrevistado D)

“Sai daqui, menino! Isso é coisa de adulto, vá para a sala!”

(Entrevistado E)

Quando perguntados sobre a utilidade das plantas de restinga os homens foram responsáveis pela alusão às madeiras de lei e também medicinais enquanto

as mulheres, além de dar importância às plantas medicinais, foram responsáveis pelo registro de espécimes alimentares e ornamentais. Isto sugere que o conhecimento adquirido está intimamente relacionado com a função que as pessoas ocupam na comunidade. Já foi mencionado anteriormente que as classes de trabalho podem influenciar diretamente na aquisição de conhecimentos sobre a exploração dos recursos naturais. Da mesma forma, restringindo à questão familiar, isto também é facilmente visualizado. Geralmente, numa família, o padrão tradicional de organização é respeitado: o homem, “chefe da casa”, é o responsável pelo sustento da família e tende a buscar na natureza fontes de renda, trabalho e saúde, e, por isso, passam a conhecer as madeiras de lei. À mulher cabe a responsabilidade de cuidar da casa, dos filhos, da saúde, da alimentação e do bem estar da família (manter a casa limpa, organizada e bonita). Isso explica as referências feitas pelas mulheres a plantas como orquídeas e bromélias, que decoram não só o ambiente interno da casa, como também quintais e jardins. A intersecção entre as informações de homens e mulheres reside no conhecimento de plantas medicinais. De fato, a impressão que se tem é que os homens são responsáveis por coletar, enquanto as mulheres preparam os remédios caseiros.

Diante do vasto conhecimento sobre as plantas e da diversidade de usos das mesmas pode-se inferir que os elementos naturais que compõem a mata tem contribuído significativamente, por décadas, a sobrevivência das famílias de Barra de Serinhaém. Com um modo de vida ligado diretamente à natureza as famílias criaram diferentes técnicas de uso e manejo, constatados em diversos relatos.

Nesse modelo de (com)vivência, uma importante característica é a coletividade no uso dos elementos naturais, ou seja, a existência de áreas de uso comum, uso comunal ou uso costumeiro, como a mata de restinga.

Mesmo sendo uma área de mata distante da vila percebemos que os informantes possuem um vasto conhecimento sobre a mata de restinga e que esta possui um importante significado para a cultura da comunidade. Nesse contexto, a detenção e o repasse desses conhecimentos tem representado uma estratégia definitiva de sobrevivência da comunidade. Sendo assim, qualquer estratégia de

conservação das restingas na região deverá levar em consideração os aspectos que caracterizam essa interação entre homem e natureza.

Diante dos resultados aqui obtidos um aspecto importante a ser considerado é que, com a criação da APA do Pratigi, o poder público estabeleceu normas que limitam ou proíbem a implantação ou desenvolvimento de atividades que afetem as características ambientais dessas áreas e suas condições ecológicas, ou ainda que ameacem as espécies da biota regional. É uma forma de conservação que disciplina o uso e a ocupação do solo, através de zoneamento, procedimentos de controle e fiscalização, e programas de educação ambiental.

O estabelecimento de regras e a fiscalização quanto ao uso da mata de restinga dentro da APA de Pratigi pode explicar o receio de algumas pessoas quanto a prestarem as informações solicitadas. Um dos principais impedimentos para que algumas pessoas de comunidades tradicionais prestem informações sobre suas relações com a natureza é o receio de represália por parte dos órgãos ambientais. É bastante comum entre as pessoas da comunidade a ideia de que os pesquisadores, por serem biólogos, estavam desenvolvendo estudos para os órgãos de gestão pública do meio ambiente. Por outro lado, este receio de pode ser também um indicativo de que não foram estabelecidos laços de confiança suficientes entre pesquisadores e a comunidade. Por isso, não descartamos a possibilidade de que alguns entrevistados tenham evitado dar maiores detalhes sobre uso mais frequente das plantas para fins como lenha e construção, por exemplo.

Como afirma Diegues (1998), “a política ambiental vigente, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos que propõe”. Nesse contexto, a íntima relação das comunidades com o ecossistema de restinga, registrada neste estudo, nos alerta para a necessidade de se buscar condições para que os enfoques tradicionais de manejo dos ecossistemas dessa comunidade sejam valorizados no gerenciamento da APA do Pratigi.

8 CONCLUSÕES

8.1. Sobre as etnoespécies úteis no cotidiano das famílias

A comunidade de Barra de Serinhaém conhece pelo menos 120 etnoespécies das quais pelo menos 52 possui alguma finalidade. O total de etnoespécies pode não corresponder exatamente ao total de espécies botânicas, pois podem existir nomes comuns diferentes para uma mesma espécie. A amesca foi a etnoespécie mais citada pelas famílias e com a maioria dos órgãos aproveitados.

8.2 Sobre as categorias de uso das plantas predominantes na comunidade

As plantas da restinga representam uma importante fonte complementar de recursos alimentares e medicinais para as famílias de Barra de Serinhaém. Apesar desses usos, as plantas de restinga ainda servem para finalidades de construção, ornamentação e como lenha.

8.3 Sobre os órgãos vegetais comumente explorados e suas respectivas finalidades

Corroborando o significativo uso das plantas como alimento, o fruto é a parte da planta mais utilizada, tanto para alimento quanto para o tratamento de moléstias.

8.4 Sobre os impactos do conhecimento e do uso popular das plantas no o significado da restinga para a comunidade

O ecossistema de restinga possui um significado cultural importante para a comunidade, fato demonstrado pelo grande número de etnoespécies citados e pela diversidade de usos atribuídos às plantas. A detenção dos conhecimentos sobre as plantas sofre influência das questões de gênero que regulam a posição social e a divisão do trabalho na família.

Conclui-se ainda que a mata de restinga possui um significado estético, como sinônimo de beleza, espaço de lazer e bem-estar. Todos esses conhecimentos compõem os elementos da relação com a mata e têm contribuído para a manutenção dos remanescentes de restinga de Barra de Serinhaém.

REFERÊNCIAS

AGIR - Associação Guardiã da APA do Pratigi. **Anuário estatístico da APA do Pratigi**. 2009. Disponível em: <<http://www.pratigi.org/portal>>. Acesso 04/06/2011 às 13:46.

ALBUQUERQUE, U. P. **Manejo tradicional de plantas em regiões neotropicais**. Acta Botanica Brasilica, vol.13, n. 3, p.307-315.1999.

ALBUQUERQUE, U. P. & ANDRADE, L. H. C. **Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga**. Acta Botanica Brasilica vol.16, n. 3, p. 273-275. 2002.

ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à etnobotânica**. Rio de Janeiro, Interciência. 2005. 93 p.

ALBUQUERQUE, U. P. & LUCENA, R. F. P. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife, Livro Rápido. 2004.189 p.

ALMEIDA, A. V.; CAMARA, C. A. G. & MARQUES, E. A. T. **Plantas medicinais brasileiras usadas pelo Dr. João Ferreyra da Rosa na “Constituição Pestilencial de Pernambuco” no final do século XVII**. Biotemas, vol. 21, n. 4, p. 39-48. 2008.

ALMEIDA-JR, E. B. A.; OLIVO, M. A.; ARAÚJO, E. L. & ZICKEL, C.S. **Caracterização da vegetação de restinga da RPPN de Maracápe, PE, Brasil, com base na fisionomia, flora, nutrientes do solo e lençol freático**. Acta Botanica Brasilica, vol. 23, n.1, p. 36-48. 2009.

AMOROZO, M. C. de & GÉLY, A. **Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas, Barcarena, PA, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Botânica vol. 4 n. 1, p. 47-131. 1988.

BAHIA. Decreto Estadual nº 8.036 de 20 de setembro de 2001. 4 p.

BORGES, R. & PEIXOTO, A.L. **Conhecimento e uso de plantas em uma comunidade caiçara do litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.** Acta Botanica Brasilica, vol. 23, n. 2, p. 769-779. 2009.

BOSCOLO, O.H. & VALLE, L.S. **Plantas de uso medicinal em Quissamã, Rio de Janeiro, Brasil.** IHERINGIA, Série Botânica, Porto Alegre, v. 63, n. 2, p. 263-277. 2008.

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J.C.; BARROS, M.T.L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N. & EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental.** São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2005. 318p.

CARNEIRO, D.B.; BARBOZA, M.S.L. & MENEZES, M.P. **Plantas nativas úteis na Vila dos Pescadores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Pará, Brasil.** Acta Botanica Brasilica, vol. 24, n. 4, p. 1027-1033. 2010.

CASCINO, F. **Educação Ambiental: princípios, história e formação de professores.** SENAC. São Paulo. 1999.

CASTILHO, M. A.; ARENHARDT, M. M. & LE-BOURLEGAT, C. A. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS.** Interações, Campo Grande, vol. 10, n. 2, p. 159-169. 2009.

CONCEIÇÃO, H.R.; MARTINS, M. L. L. & TEIXEIRA, M. C. Conhecimento popular e uso das plantas da Restinga pela comunidade de Barra de Serinhaém, Apa de Pratigi-Bahia. In: SEABRA, G. F. & MENDONÇA, I. M. (org.). **Educação Ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade.** vol. 1. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2011. 1782 p.

COSTA, J. M. 2005. **A multiconcepção de natureza.** Disponível em: <<http://www.universia.com.br/docente/materia.jsp?materia=6324>> Acesso 20/06/2010 às 13:00.

DIAS, F. J. K. & MENEZES, C. M. **Fitossociologia da vegetação sobre um cordão-duna no Litoral Norte da Bahia, Mata de São João, Brasil.** Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, vol. 5, supl. 2, p. 1171-1173. 2007.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, NUPAUB, 1998.

DIEGUES, A.C. (org.); ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B. ANDRADE, D. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo, NUPAUB, 2000. 211p.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da Natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 2001. 102 p.

DIEGUES, A.C.S. (org). **Comunidades litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e conflitos – O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. Série Relatórios e Documentos de Pesquisa nº 3. São Paulo, NUPAUB, 2004. 55 p.

FERRAZ, J.S.F.; ALBUQUERQUE, U.P. & MEUNIER, I.M.J. **Valor de uso e estrutura da vegetação lenhosa às margens do Riacho do Navio, Floresta, PE, Brasil**. Acta Botanica Brasilica, vol. 20, n. 1, p 125-134. 2006.

FISCHER, F. **Baixo Sul da Bahia: Uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador, GIAGS/UFBA. 2007. 226p.

FONSECA, F. B. **PRODUS: Proposta de Desenvolvimento Urbano Sustentável para Barra do Serinhaém**. Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 57p. 2002.

FONSECA-KRUEL, V.S. & PEIXOTO, A.L. **Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil**. Acta Botanica Brasilica, vol.18, n.1, p. 177-190. 2004.

FONSECA-KRUEL, V. S.; PEIXOTO, A. L.; SÁ, C. F. C.; ARAUJO, D. S. D.; SILVA, W. L. & FERREIRA, A. J. **Plantas úteis da restinga: O saber dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2006. 42p.

FRAGA, C. N. & PEIXOTO, A. L. **Florística e ecologia das Orchidaceae das restingas do estado do Espírito Santo**. Rodriguésia, vol. 55, n. 84, p. 5-20. 2004.

FRANCO, E. A. P. & BARROS, R. F. M. **Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí.** Revista Brasileira Plantas Medicinais, Botucatu, v.8, n.3, p.78-88. 2006.

GANDOLFO, E. S. & HANAZAKI, N. **Etnobotânica e urbanização: conhecimento e utilização de plantas de restinga pela comunidade nativa do distrito do Campeche (Florianópolis, SC).** Acta Botanica Brasilica, vol. 25, n. 1, p. 168-177. 2011.

GIRALDI, M. & HANAZAKI, N. **Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeirão, Florianópolis, SC, Brasil.** Acta Botanica Brasilica, vol. 24, n. 2, p. 395-406. 2010.

GONÇALVES, J. C. **Homem-Natureza: Uma relação conflitante ao longo da história.** Revista Multidisciplinar da UNIESP: Saber Acadêmico - n^o 06. 2008.

GRANDI, T. S. M.; TRINDADE, J. A.; PINTO, M. J.; FERREIRA, L. L. & CATELLA, A. C. **Plantas medicinais de Minas Gerais, Brasil.** Acta Botanica Brasilica, vol. 3, n. 2, p. 185-224. 1989.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2009. Ituberá, BA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em 20/11/2010 às 16:45.

JACOBI, P. R. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005. p. 233-250. 2005.

LEAL-GALINDO, C. & CAMARA, I. G. **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas.** São Paulo, Fundação SOS Mata Atlântica — Belo Horizonte : Conservação Internacional, 2005. 472p.

LEITE, A. V. L. & ANDRADE, L. H. C. **Riqueza de espécies e composição florística em um ambiente de duna após 50 anos de pressão antrópica: um estudo na Praia de Boa Viagem, Recife, PE – Brasil.** Biotemas, vol. 17, n. 1, p. 29-46. 2004.

MACHADO DE OLIVEIRA, C. G. **A relação homem natureza**. 2006. Disponível em: <<http://www.filosofiavirtual.pro.br/filosofia.htm>>. Acesso: 22 de junho de 2010 às 14:00.

MARQUES, J. G. W. Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco. São Paulo, NUPAUB, USP, 2005. 304 p.

MEDEIROS, M. F. T.; FONSECA, V. S. & ANDREATA, R. H. P. **Plantas medicinais e seus usos pelos sítiantes da Reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil**. Acta Botanica Brasilica. v. 18 n. 2. p. 391-399. 2004.

MING, L. C. **Plantas medicinais na Reserva Extrativista Chico Mendes: uma visão etnobotânica**. São Paulo, Editora UNESP. 2006. 160p.

MIRANDA, T. M. & HANAZAKI, N. **Conhecimento e uso de recursos vegetais de restinga por comunidades das ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC), Brasil**. Acta Botanica Brasilica, vol. 22, n. 1, p. 203-215. 2008.

OLIVEIRA, F. C.; ALBUQUERQUE, U. P.; FONSECA-KRUEL, V. S.; HANAZAKI, N. **Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil**. Acta Botanica Brasilica, vol.23, n. 2, p.590-605. 2009.

OLIVEIRA, G. L.; OLIVEIRA, A. F. M. & ANDRADE, L. H. C. **Plantas medicinais utilizadas na comunidade urbana de Muribeca, Nordeste do Brasil**. Acta Botanica Brasilica, vol. 24, n. 2, p. 571-577. 2010.

PATZLAFF, R. G. & PEIXOTO, A. L. **A pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro.v.16, n.1, p.237-246. 2009.

PILLA, M. A. C. & AMOROZO, M. C. M. **O conhecimento sobre os recursos vegetais alimentares em bairros rurais no Vale do Paraíba, SP, Brasil**. Acta Botanica Brasilica vol. 23, n.4, p. 1190-1201. 2009.

PINTO, E. P. P.; AMOROZO, M. C. M. & FURLAN, A. **Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica – Itacaré, BA, Brasil**. Acta Botanica Brasilica vol. 20, n. 4, p. 751-762. 2006.

REGO, F. L. H.; BRAND, A. J. & COSTA, R. B. **Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o desenvolvimento local.** Interações, Campo Grande, vol. 11, p. 55-69. 2010.

SANTOS, M. R. A.; LIMA, M. R.; FERREIRA, M. G. R. **Uso de plantas medicinais pela população de Ariquemes, em Rondônia.** Horticultura Brasileira vol.26, p. 244-250. 2008.

SANTOS, M. G.; FEVEREIRO, P. C. A.; REIS, G. L.; BARCELOS, J. I. **Recursos vegetais da Restinga de Carapebus, Rio de Janeiro, Brasil.** Revista Biol. Neotrop., vol.6, n.1, p. 35-54. 2009.

SCHERER, A. **O componente arbóreo de matas de restinga arenosa no Parque Estadual de Itapuã, Rio Grande do Sul: fitossociologia, regeneração e padrões de interações mutualísticas com a avifauna.** Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Botânica da Universidade Federal do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2005. 85 p.

SILVA, A. J. R. & ANDRADE, L. H. C. **Etnobotânica nordestina: estudo comparativo da relação entre comunidades e vegetação na Zona do Litoral - Mata do Estado de Pernambuco, Brasil.** Acta Botanica Brasilica, vol.19, n.1, p. 45-60. 2005.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

SOARES, E. L. C.; VENDRUSCOLO, G. S.; ELSINGER, S. M.; ZÁCHIA, R. A. **Estudo etnobotânico do uso de recursos vegetais em São João do Polêsine, RS, Brasil, no período de outubro de 1999 a junho de 2001. I – origem e fluxo do conhecimento.** Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Botucatu, vol. 6, n.3, p.69-95. 2004.

SOUSA, C. G.; ARAÚJO, B. R. N. & SANTOS, A. T. P. **Inventário Etnobotânico de Plantas Medicinais na Comunidade de Machadinho, Camaçari-BA.** Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, vol. 5, supl. 1, p. 549-55. 2007.

TAQUEDA, C. S. **A etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do vale do Ribeira, São Paulo.** Dissertação. Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. 2009. 213 p.

TEIXEIRA, C. C. A ocupação do espaço na Planície Litorânea do Rio Doce. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. 2008. 53 p.

TEIXEIRA, M. C. **Aspectos históricos da relação homem- natureza.** Apostila didática. CCAAB/UFRB. Cruz das Almas. 2010.

VENDRUSCOLO, G. S. & MENTZ, L. A. **Estudo da concordância das citações de uso e importância das espécies e famílias utilizadas como medicinais pela comunidade do bairro Ponta Grossa, Porto Alegre, RS, Brasil.** Acta Botanica Brasilica, vol.20, n.2, p.367-382. 2006.

VIOLANTE, I. M. P. **Avaliação do potencial antimicrobiano e citotóxico de espécies vegetais do Cerrado da Região Centro-Oeste.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande, 2008. 72 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Questionário de coleta de dados (Ficha de Campo)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Conhecimento e utilização dos recursos vegetais de restinga pelas famílias de Barra de Serinhaém, Ituberá, Bahia

NOME: _____ IDADE: _____

SEXO: M () F () PROFISSÃO: _____

NATIVO: () SIM () NÃO: ORIGEM: _____

1. Você conhece ou já visitou mata que existe perto da comunidade?

() sim () não

2. Quais das plantas da mata você conhece?

3. Você faz uso direto de alguma dessas plantas?

() sim (VÁ PARA FICHA DO VERSO) () não (ENCERRAR O QUESTIONARIO)

4. Quem lhe ensinou a usar as plantas?
